

Moção

Apoio à acção nacional de luta dia 27 de Maio em Lisboa

Considerando que:

- Os trabalhadores e os reformados Portugueses, têm visto ano após ano os seus salários diminuídos em virtude de ter existido somente aumento salarial de forma significativa para o salário mínimo nacional, tendo os restantes salários ficado muito aquém e não acompanharam sequer o aumento do salário mínimo nacional;
- Em virtude da política efectuada que promove os baixos salários, os trabalhadores da Administração pública, perderam cerca de 13,27% entre 2010 e 2021, mais uma vez em 2022 os seus salários nem sequer foram “actualizados” sendo que 0,9% de acréscimo salarial, não representa qualquer tipo de actualização, estimando-se que no final do ano estes trabalhadores percam cerca de 17,67% do seu poder de compra;
- Também as administrações do sector empresarial do estado seguem pela mesma linha;
- O exemplo que o Governo dá em termos de aumento de salário para os trabalhadores da Administração Pública é uma referência para o sector privado e o grande patronato, exemplo disso são as propostas da Navigator que nem chegam aos valores do aumento do salário mínimo nacional, isto quando atinge lucros históricos, no mesmo sentido vai evoluindo a GALP que só no primeiro trimestre atingiu 155 milhões de € de lucro ou o grupo Jerónimo Martins 88 milhões de € ou a EDP renováveis 66 milhões de €;
- A riqueza produzida tem e deve ser distribuída por quem trabalha e trabalhou,
- A agenda para o trabalho digno apresentada pelo Governo aos parceiros sociais, não resolve o problema da caducidade da contratação colectiva continuado os bloqueios à mesma, na mesma linha seguem às indemnizações por despedimento ao não se reporem os valores ou a manutenção do custo com o trabalho extraordinário para as primeiras 120h;
- Não resta aos trabalhadores e reformados, perante a política desenvolvida e a desenvolver outra solução que não seja mostrarem o seu descontentamento nos locais de trabalho e na rua a sua exigência por aumentos de salários e reformas dignas.

CDU

Assembleia Municipal de Setúbal

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 20 de Maio de 2022, delibera:

- Reafirmar a sua exigência de políticas de justa redistribuição da riqueza criada, de aumento dos rendimentos dos trabalhadores, reformados e pensionistas, de combate ao aumento do custo de vida;
- Solidarizar-se com a jornada de luta que se irá realizar no próximo dia 27 de Maio, data da votação final do Orçamento de Estado;
- Apela aos trabalhadores, reformados e população do concelho de Setúbal para a sua participação na manifestação de dia 27 de Maio em Lisboa, pelas 10h30m da Estrela à Assembleia da República.

Enviar a presente moções a todos os representantes de trabalhadores do concelho, nomeadamente (comissões sindicais e comissões de trabalhadores) e associações de reformados.

Assembleia Municipal de Setúbal, 20 de Maio de 2022

Os eleitos da CDU,

*Apelo
Luta Unificada
Sociedade Luta*

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

